

# HISTÓRIA AMBIENTAL DA CAPITANIA DE GOIÁS: MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA DA TERRA (1726-1822)

## ENVIRONMENTAL HISTORY OF THE CAPTAINCY OF GOIÁS: MINING AND AGROECOLOGICAL TRANSFORMATION OF THE LAND (1726-1822)

Fabíula Sevilha<sup>1</sup>

**Resumo:** fundada por sertanistas paulistas à procura de riquezas minerais, o processo de formação histórica da Capitania de Goiás está intimamente ligado à mineração. O caráter devastador das técnicas de exploração da natureza goiana e a carência de capitais para explorações em profundidade levaram a um processo interpretado por muitos historiadores como sendo de estagnação econômica e de “ruralização” da sociedade, cujos efeitos atravessaram o século XIX. Para nós, trata-se de um processo paradigmático de transformação agroecológica da terra, que precisa ser melhor investigado. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é conhecer as interações entre sociedade e natureza na Capitania de Goiás, analisando as principais implicações advindas do uso e exploração de seus recursos naturais.

**Palavras-chave:** mineração; agroecologia; Capitania de Goiás.

**Abstract:** founded by hinterland experts from São Paulo looking for mineral riches, the historical formation process of Captaincy of Goiás is closely linked to mining. The devastating techniques of exploitation of nature in Goiás and the lack of capital for excavation at great depths in mines led to a process interpreted by many historians as economic stagnation and "ruralization" of society, whose effects crossed the nineteenth century. For us, it's a paradigmatic process of agroecological transformation of the land, which needs to be better investigated. In this sense, this work aims to know the interactions between society and nature in the Captaincy of Goiás, analyzing the main implications of the use and exploitation of its natural resources.

**Keywords:** mining; agroecology; Captaincy of Goiás;

### Introdução<sup>2</sup>

Com uma formação história intimamente ligada à mineração, o estudo da Capitania de Goiás traz como contributo para o debate da História Ambiental o caráter ilustrativo da intensa interação entre sociedade e natureza, que está na raiz da crise ambiental atual (MARTINEZ, 2006). E isso por duas razões. De um lado, temos que as práticas devastadoras de exploração da natureza goiana no período minerador, somadas à “transformação agroecológica” posterior ao seu declínio, trouxeram importantes mudanças socioeconômicas e ambientais. De outro, que as repercussões desse período certamente concorreram para que aquele ambiente, que hoje

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017), Mestra (2013) e Licenciada (2008) em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis. Docente da Universidade Estadual de Goiás – UEG. E-mail: fsevilhas@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Os resultados aqui apresentados são parte de uma pesquisa de Mestrado realizada na Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCL/Assis, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez, com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

conhecemos como bioma Cerrado, tenha se transformado num verdadeiro *hotspot* em termos de riqueza de espécies e ameaça de sua biodiversidade.

Como recorte temporal, adotamos duas fases. A primeira, 1726 a 1780, que corresponde ao intervalo entre a fundação da Capitania, por Bartolomeu Bueno da Silva, e o momento em que a economia aurífera perdeu efetivamente a importância no quadro da receita goiana. A segunda, de 1780 a 1822, contempla o que entendemos por período inicial de transição para a agropecuária. Partimos do pressuposto de que a análise destes marcos temporais pode nos ajudar a esclarecer a postura da sociedade goiana e brasileira frente aos problemas ambientais do século XXI. Assim, os esforços da pesquisa concentraram-se no estudo da interação da sociedade com a natureza da Capitania de Goiás, e consequente impacto, quando de sua manipulação por meio de técnicas empregadas, a partir de uma perspectiva analítica agroecológica, ou seja, de um ecossistema organizado com propósitos agrícolas (WORSTER, 2003). Este foco de análise corresponde à segunda vertente de pesquisa da História Ambiental, proposta por Donald Worster (1991, p. 202), preocupada “com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais”.

As fontes utilizadas são de natureza literária. A obra de Manoel Aires de Casal (1817) fornece um panorama geral sobre economia, arraiais, vilas, povoações, território, paisagem e acidentes geográficos goianos. Já os relatos de viagem do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1819) e do médico e botânico austríaco John Emmanuel Pohl (1819) elaboram um cioso inventário sobre a fauna, a flora, e o clima da Capitania, com observações pontuais acerca do declínio da economia mineradora por falta de mão-de-obra e investimentos governamentais; do processo de “ruralização” resultante desta “decadência”, e da devastação provocada pelas queimadas para o estabelecimento de roças e pastagens. De tal forma, os autores supracitados fornecem subsídios essenciais para a análise das “naturais produções” da região e, por conseguinte, para a consecução dos nossos objetivos.

A fim de evitar possíveis anacronismos e julgamentos valorativos, o termo “devastação” é aqui entendido como uma forma de exploração dos recursos naturais, marcada, fundamentalmente, pelas seguintes características: 1) utilitarismo exacerbado, de caráter predatório, perdulário, dilapidador e destrutivo; 2) drásticas intervenções nos ecossistemas, com impactos ecológicos muitas vezes irreversíveis e que levam ao abandono ou estagnação das atividades econômicas; 3) fins mercantis, com rendimentos imediatos e elevados no curto

prazo; 4) indiferença e ausência de racionalidade na manutenção de estoques dos recursos explorados (MARTINEZ, 2006, p.67-68).

### **Natureza e Sociedade: a Capitania de Goiás**

As corografias e relatos de viagem dos séculos XVIII e XIX são fontes ricas e de extrema importância para o mapeamento do ambiente natural e social do Brasil Colônia. Não à toa, têm sido constantemente acionados pelos estudiosos da história ambiental e social. A reboque de todo o potencial dessa documentação está o fato de que são escritos, em sua maioria, por europeus, e mesmo quando não o são, o que lhes serve como parâmetro de comparação são as nações ditas “civilizadas”, isto é a Europa e, em alguns casos, os Estados Unidos. Como nos lembra Lorelai Kury (2001, p.59), é uma idealização que evidencia diante da elite brasileira que ela vive, por oposição, em um país quente, com uma natureza exuberante e uma população pobre e rude, composta por indígenas selvagens ou semicivilizados, negros de origem africana, em grande parte escravos, e mestiços de todos os matizes e fisionomias. Assim, tanto quanto outros documentos históricos, são fontes que não estão isentas de juízos de valor.

Expressões como “vastos”, “inóspitos” e “selvagens sertões” são comumente encontradas nos relatos de cronistas e viajantes que percorreram o interior da América portuguesa. Embrenhar-se por tão distantes caminhos não era tarefa das mais simples. Além das dificuldades de transporte, feito a lombo de mulas, lidavam com a necessidade de adaptação a um clima que lhes era estranho e considerado “insalubre”, dadas as altas temperaturas apresentadas na maior parte do ano. Portanto, as condições e propósitos da viagem, bem como as vias de entrada no território, eram ingredientes a mais a serem contrapostos ao modelo ideal, interferindo decisivamente na leitura do ambiente (SOUZA, 2012). Foi partindo dessas considerações que procuramos analisar as informações coletadas sobre o ambiente ecológico e social goiano do período.

A *Corografia Brasílica*, do Abade Manuel Aires de Casal (1817), que esteve no Brasil até o ano de 1821, dedica um capítulo a Goiás, do período que vai da fundação da Capitania até 1812, elencando as informações em itens como *Mineralogia*, *Zoologia* e *Fitologia*. No aspecto mineralógico, Casal relata a presença de ouro, diamantes, cristais, granito, pedra calcária, minerais de ferro, sal-gema, e diversidade de argilas. Em *Zoologia*, recebe destaque a abundância de gado vacum, a existência de cavalos, onças, veados, porcos do mato, lobos, macacos, tamanduás, raposas, cotias, pacas e quatis; poucas cabras, ovelhas e porcos; outras

espécies de quadrúpedes, além das perdizes e emas, muito comuns nos descampados; mutuns, muito comuns nos bosques, tucanos, pombos *torquazes*, as aracuans, as arapongas e os jacús. Já na parte de *Fitologia*, o abade menciona a variedade de plantas medicinais e de palmeiras, árvores que davam cascas para curtumes, jatobás, angicos, pau-brasil, tabaco, algodoeiro, cana-de-açúcar, milho, mandioca, legumes em abundância, ananaseiro, mangabeira, goiabeira, bananeira, grandes jabuticabas, ambús “de boa qualidade”, melancias, laranjas, videiras, anil e cochonilha.

Nesse mesmo período, o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire registrou suas impressões e estudos em *Viagem à Província de Goiás* (1819), na qual destacou o mosaico de formações geomorfológicas e vegetais da região. Terrenos íngremes, rochas abruptas, campos salpicados de árvores, pastos cobertos de subarbustos, planícies vastas e alongadas, caminhos acidentados, agrestes e brejos; solos ora pedregosos, ora uma mistura de cascalho com areia; ora áridos, ora férteis; matas e capins ora verdejantes, ora pardacentos; matas vigorosas, densas folhagens e emaranhados de ramos; árvores desfolhadas, com folhagens amareladas ou mirradas e retorcidas; uma profusão de arbustos e grossos cipós; uma enorme variedade de palmeiras, o estático e imponente Buriti, a Mamoneira, a Macaúba, a Caraíba, a Mangabeira, a Seringueira, palmeira esbelta indaiá e uma espécie de cajueiro, fazem parte da paisagem descrita pelo naturalista.

Saint-Hilaire registrou, ainda, a existência de planaltos imensos com vegetação “pobre” e “homogênea”, como no Arraial de Santa Luzia; terras montanhosas e campos ora cobertos de capim, ora exibindo aqui e ali árvores raquíticas; baixadas pantanosas, e terreno ora arenoso, com moitas de capim ressequido e de capim-gordura, ora de “muito boa qualidade”, como no Arraial de Corumbá; terrenos ora montanhosos com árvores de pequeno porte, ora extremamente férteis, salitrosos, de extensas matas menos exuberantes que as de São Paulo e Minas Gerais, de clima salubre, mas com calor excessivo, como no Arraial de Meia Ponte; áreas ora estéreis, afastadas de todos os rios navegáveis, com água pouco salubre e calor extremo, onde o ar não circulava como nas montanhas e planícies, ora com matas permanentemente verdes, como em Vila Boa de Goiás. Quanto à fauna goiana, observou a existência de poucos mamíferos, de guarás, cervos, macacos, antas, araras, aves de rapina, inúmeras espécies de pássaros, muitos insetos, sobretudo mosquitos, andorinhas, perdizes e codornas. O clima da região, segundo ele, era desértico, seco, com dias extremamente quentes e noites igualmente frias. Assim, apesar da vasta quantidade de rios navegáveis, não era incomum a escassez de água em algumas vilas e povoações, devido ao período de seca prolongada.

Essas fontes permitem mapear características fundamentais para entender as peculiaridades do Centro-Oeste brasileiro e sua diversidade em relação aos solos, clima, flora e fauna. Algo que levou o também importante botânico-naturalista bávaro, Karl Friedrich von Martius, quando de sua viagem ao Brasil, entre 1817 e 1821, a classificar os “sertões” interioranos do Cerrado como Oreades – ninfas dos campos e montanhas da mitologia grega (LISBOA, 1997), em alusão à variedade de formas geomorfológicas de que é composta a região. Com efeito, localizada em pleno coração do atual território brasileiro, a região da Capitania de Goiás está contida no grande domínio biogeográfico e vegetal que hoje conhecemos como Cerrado, bioma que abriga milhares de espécies de vegetais, animais e outros tipos de organismos, sendo uma das áreas de maior biodiversidade do planeta. Com um relevo correspondente ao Maciço Central, a região possui uma grande depressão, resultante de fatores como erosão e acumulação, o que explica a alternância de relevo em que aos platôs seguem-se os relevos elevados que, muitas vezes, assumem o aspecto de serras, quando, em verdade, constituem espigões ou picos isolados (DOLES, 1978).

Como bem notaram Aires de Casal e Saint-Hilaire, as formações vegetais goianas acompanham essas variações e vão desde as formações campestres, onde predominam as plantas herbáceas, até as formações florestais, onde adensam árvores e arbustos, passando por formações savânicas. Em decorrência de fatores como relevo e altitude, seu clima, tropical sazonal, é caracterizado por temperaturas elevadas, com dias quentes, noites geladas, e inverno seco. O regime pluviométrico é irregular, com má distribuição de chuvas e secas prolongadas, apesar de possuir uma grande quantidade de nascentes e corpos hídricos, sendo banhada por dois grandes rios – Tocantins e Araguaia –, e por diversos rios menores, como o Rio Paranaíba, Rio Verde, Rio Aporé, Rio das Almas, Rio dos Couros, Rio das Antas, Rio dos Bois, Rio das Velhas, Rio Vermelho, entre outros. A hidrografia da região reflete, pois, a influência do relevo, da vegetação e do clima, bem como a natureza das rochas e dos solos (DOLES, 1978).

O conjunto desses elementos fez das savanas do interior brasileiro abrigo de uma riqueza natural inestimável, fruto de milhares e milhares de anos de interação entre homem e natureza. No caso do Planalto Central, pela escala arqueológica dos povos indígenas que ali habitaram, pode-se retroceder em até 12 mil anos ou mais. E pela colonização luso-brasileira-africana, teria no mínimo dois séculos e meio, permitindo, segundo Paulo Bertran, que se proliferasse ali uma civilização ecologicamente diferenciada. Pesquisas recentes revelam que o Planalto Central foi de domínio incontestável do grupo Jê – o Tapuia, em contraposição ao Tupi do litoral –, especializado em viver em Cerrados (BERTRAN, 2000), sobretudo do grupo Xavante,

Xacriabá, Xerente, Canoeiro, Carajá, Caiapó e Goiás, de onde a capitania herdou o nome. O processo de povoamento dos sertões “goiazes” acompanha os acontecimentos da conquista dessas populações indígenas (NATAL E SILVA, 1973), inicialmente pela mineração e depois pela agropecuária.

Com a incursão dos primeiros sertanistas paulistas e a descoberta de ouro, em fins do século XVII, início do XVIII, a região passou a ser alvo de um intenso fluxo populacional. O *rush* para o novo centro aurífero superou em muito as corridas precedentes. Incitados pela possibilidade de enriquecimento rápido, milhares de pessoas abandonaram a região canavieira e os engenhos, em crise, acorrendo para as regiões mineradoras. Populações, as mais heterogêneas em sua estrutura, procedentes de vários recantos da Colônia (São Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso) e de Portugal, afluíram aos locais de mineração (CHAIM, 1976, p.71). Essa fase de primeiros descobrimentos foi anárquica em termos de fixação da população e de instalação do sistema produtivo. Levas de garimpeiros embrenhavam-se por entre cerrados e chapadões sem condições de subsistência alimentar ou de sobrevivência ante as doenças e ataques indígenas. A instabilidade seria a resultante dessa composição heterogênea das áreas mineradoras, completada pelas levas significativas de mão-de-obra africana que migraram para Goiás, a imensa maioria masculina, uma característica da própria organização do trabalho. Sobretudo nos primeiros anos da descoberta do ouro, os garimpeiros se relacionaram, via de regra violentamente, com indígenas e negras, dando margem para a constituição de uma sociedade mestiça (BERTRAN, 2000, p.19).

Como uma das marcas da economia mineradora, o homem livre vislumbrou maiores oportunidades de ascensão social e assim também aconteceu com os escravos, posto que a “maneira como se organizou o trabalho permitiu que o escravo tivesse maior iniciativa e que circulasse num meio social mais complexo. Muitos escravos chegaram mesmo a trabalhar por conta própria” (CHAIM, 1976, p.62). A partir de fins do século XVIII, porém, a mineração entrou em franco declínio, e o quadro social goiano alterou-se profundamente. Cessaram as ondas imigratórias, a população branca escasseou, a africana diminuiu sensivelmente e a indígena afastou-se das zonas populacionais, predominando a mestiça. Arraiais, vilas e povoações teriam ficado desabitados, dando início a um período de caráter essencialmente rural e disperso, acompanhado pela diminuição da vida econômica a níveis de pequena produção e consumo local (PALACIN, 1979). A despeito destas afirmações, que carecem de matizações, sugerirem uma drástica ruptura, as marcas imprimidas pelo surto minerador não se apagaram

facilmente, sobretudo no que diz respeito à conformação de um *modus operandi* devastador e utilitarista de exploração da natureza.

### **A Dinâmica de Exploração da Natureza Goiana**

A instabilidade e a mobilidade que marcaram o quadro socioeconômico goiano no período minerador se fizeram igualmente presentes na forma como essa sociedade lidou com a natureza. As técnicas empregadas nas minas auríferas obedeciam a tendência geral de uma conduta perdulária do Brasil Colônia. Os primeiros tempos foram marcados pela errática garimpagem de cascalho. Posteriormente, foi a fase de desmonte dos tabuleiros ribeirinhos e das chamadas grupiarias. Por fim, veio a fase da mineração de morro. Em todos esses momentos, prevaleceu o caráter devastador da economia colonial. De acordo com Saint-Hilaire (1975, p.115), em muitos locais da região as águas dos rios haviam sido poluídas pela lavagem do ouro e os terrenos esburacados pela perfuração das rochas para extração das pepitas. Digno de nota é o trecho em que o naturalista atravessa dois riachos “cujas margens, outrora exploradas pelos mineradores, estão cheias de pedras amontoadas e resquícios das lavagens”.

A mineração de cascalho era bem simples, exigindo pouca técnica para a extração de ouro de aluvião depositado nas correntes de água. A das grupiarias necessitava de mão-de-obra especializada para trabalhos complicados de madeiramento para adução de água, e para a construção de bicamos e tapumes sobre as margens fluviais que recobriam as formações sedimentares dos riachos auríferos (BERTRAN, 1988). Já a mineração de morro subdividia-se em duas modalidades: a de mina e a de talho aberto. A primeira, muito praticada em Minas Gerais, mas somente com alguns esboços em Goiás, era baseada na perfuração das montanhas através de longos túneis e galerias; a segunda consistia no corte perpendicular da montanha, facilitando, assim, a exploração dos veios (CHAIM, 1976).

A medida que o ouro escasseava da superfície, sua extração se tornava mais complexa. Os impactos eram proporcionais à falta de técnicas, de modo que a contaminação da água por mercúrio (ou azougue) e o assoreamento dos rios eram frequentes nas regiões mineradoras (SOUZA, 2013). Segundo Saint-Hilaire (1975, p.34 e p.115), em muitos locais da região as águas dos rios estavam poluídas pela lavagem do ouro e os terrenos esburacados pela perfuração das rochas para extração das pepitas. Nas proximidades do rio Corumbá, pontuou que por muito tempo ele e sua comitiva acompanharam o córrego do Cocá, “cujas margens tinham sido cavoucadas pelos mineradores”. E ao atravessar dois riachos, observou que as “margens,

outrora exploradas pelos mineradores, estão cheias de pedras amontoadas e resquícios das lavagens”. O mesmo foi notado por Pohl (1976, p.108), segundo o qual,

O trabalho de mineração foi tão desordenado que na realidade não passava de uma devastação. O pequeno regato, desviado para a orla para amolecer a terra e depois lançá-la na cova, alargou e ao mesmo tempo inundou a mina [de Cristais] de tal maneira que só com muitos braços e depois meses de árduo trabalho seria possível dominar a água. Trabalho maior seria o de retirar o volume de terra caído na mina, sob a qual se acha enterrada a antiga instalação, ainda mais empregando-se o improdutivo e arcaico método de retirá-la em gamelas sobre as cabeças dos trabalhadores (POHL, 1976, p.108).

Em tal contexto, não demorou muito para que as lavras dessem os primeiros sinais de esgotamento. O período de febre aurífera foi da fundação da Capitania até 1736, aproximadamente. De 1755 em diante a mineração começa a declinar num crescente. A conduta perdulária e o caráter devastador das técnicas de exploração da natureza goiana, acrescidos da falta de investimentos governamentais, encabeçam o rol de fatores que explicam tal sorte de acontecimentos. A extração do ouro, em profundidades cada vez maiores, exigia técnicas mais especializadas, que a dinâmica própria da economia colonial, pautada na otimização dos fatores de produção e no lucro imediato ou à curto prazo, não podia oferecer. Faltavam máquinas hidráulicas para as escavações das águas subterrâneas. Muitas foram as minas abandonadas, antes mesmo do ouro se exaurir completamente, pela dificuldade de extração das rochas. A economia aurífera vivia, então, um ciclo vicioso. Quanto maior era a produção, mais exigentes eram as lavras em matéria de técnicas de extração, e quanto maior a necessidade de mão-de-obra para trabalhos especializados, mais o ouro rareava, estrangulando a compra de novos escravos. Destarte, o ano de 1780 marca o declínio da produtividade mineradora. A partir de então, os quintos reais – imposto cobrado sob a produção aurífera – não mais ultrapassariam a ordem de 300 quilos de ouro ao ano, o que indicava um baixo rendimento levando-se em conta que em 1751, ano que marca o mais elevado imposto já auferido pela Coroa portuguesa em Goiás, a arrecadação chegou a mais de 700 quilos de ouro, representativo de uma produção de 3.500 quilos por ano (BERTRAN, 1988, p. 24-28).

Findado o surto minerador, o processo que se segue passou à historiografia como sendo de “decadência” e “ruralização” da sociedade. Para Sérgio Paulo Moreyra (1972, p.254), a consolidação da economia agrária foi lenta, concorrendo como principal agravante e acelerador para “uma diluição dos padrões de vida anteriormente permitidos pelo ouro, um isolamento físico decorrente da rudimentar autossuficiência agrária, um enfraquecimento das articulações

sociopolíticas e uma estagnação tecnológica”. Para nós, é preciso cuidado na interpretação desse período, sob pena de incorrer em análises valorativas. Entendemos, como Douglas Cole Libby (1988, p.22) o fez para Minas Gerais, que a diversificação da economia, a importância adquirida pelo setor de agricultura de subsistência, mercantilizada ou não, e o desenvolvimento da indústria de transformação foram uma “acomodação evolutiva” ao revés econômico pós-apogeu da mineração também em Goiás. Com a lenta afirmação da economia agropecuária, cuja expansão trouxe novos contornos para a relação homem e natureza, a Capitania adentrou um novo capítulo de sua história, ainda pouco estudado e que, por ser uma fase de transição entre dois períodos – mineração e pecuária – tão importantes para a constituição social e ambiental goiana, pede um olhar mais acurado.

Do ponto de vista ecológico, foi um importante momento de transformação do ecossistema para fins agrícolas. Isto posto, cumpre indagar de que maneira essa população diversificada lidou com tamanha biodiversidade? Qual o aproveitamento que se podia tirar dos recursos naturais goianos? Quais as técnicas utilizadas na exploração dessa natureza? Nossos esforços seguiram na busca de respostas a essas perguntas. Um dado que nos parece fundamental como ponto de partida para compreender este primeiro momento da transição da economia mineradora para a pecuária de exportação é a persistência de uma mentalidade advinda da corrida aurífera, interessada no lucro imediato ou à curto prazo. A experiência de um tempo de febre de enriquecimento rápido se chocou com as possibilidades ambientais e estruturais goianas, em parte como consequência da própria formatação da economia mineradora colonial.

Durante o apogeu do ouro, a mão-de-obra disponível na Capitania de Goiás concentrou-se no trabalho nas lavras, restando pouco espaço para o cultivo agrícola. Aqui e ali havia um roçado que fornecia basicamente gêneros de primeira necessidade, com poucos excedentes para serem comercializados. Os produtos de exportação eram adquiridos das Capitanias vizinhas, sobretudo com a abertura da estrada Goiás-Cuiabá, em 1736, o que permitiu comunicações habituais com São Paulo – com a qual esteve ligada administrativamente até 1748 –, Bahia e Minas Gerais. A escassez de rendas e o influxo populacional após 1780 levaram os braços goianos a voltarem-se para as atividades de agricultura para a subsistência e trocas locais. Como explica Donald Worster (2003, p.29) um tal processo envolve a reestruturação das energias produtivas do ecossistema para servir a propósitos conscientemente determinados, o que pressupõe a importação e exportação de elementos. O grau de impacto depende sempre da capacidade que seus “planejadores humanos” tem de equilibrá-los. Sejam pré-industriais ou

não, o que eles têm em comum é a necessidade de “se adaptarem às condições locais do solo, do clima e da água”.

Referindo-se ao modo de vida dos “povos das savanas”, como denomina os primeiros habitantes do Planalto Central brasileiro, Paulo Bertran (2000, p. 34) defende que o ecossistema moldou o caráter de sua cultura. Vivendo em pequenas coletividades, numa economia natural e de caráter seminômade, os indígenas extraíam sua fonte de sobrevivência de forma alternada dos produtos da caça, pesca, coleta e agricultura. Caçavam desde pacas e veados, até quatis, antas e outros quadrúpedes. A pesca costumava ser proveitosa, dada a ampla variedade e quantidade de peixes encontrados nos inúmeros rios da região. A agricultura, feita em roçados itinerantes e sistema de coivaras, fornecia mandioca, milho, inhame e algumas raízes.

Muitas dessas práticas e do amplo conhecimento indígena na utilização da natureza goiana foram incorporados pelos primeiros mineradores paulistas, somados aos introduzidos pelo colonizador, e transmitidos às gerações seguintes. Este arsenal compôs o *modus operandi* acionado pela população local quando do rearranjo ecológico pós-mineração. A caça e a pesca, que constam nos relatos analisados como indispensáveis meios de subsistência do sertanejo goiano, tiveram sua “voracidade” denunciada pelos viajantes. Segundo Pohl (1976, p.106), o tatu, por exemplo, era vítima de uma caçada “violenta”, “sem arma, segurando-o pela cauda, e batendo-o contra o chão”. Não obstante, queixava-se Saint-Hilaire (1975), o hábito da caça da tartaruga e da pesca se dava, invariavelmente, antes do período de desova; isto é, os ovos, utilizados para fazer azeite, e os peixes eram retirados dos rios e suas margens ainda em fase de desenvolvimento. Longe de ser uma marca regional, esta conduta de desrespeito ao tempo de procriação das espécies foi alvo de inúmeros textos de denúncia à pesca e caça predatória na América portuguesa, sendo um dos mais conhecidos a *Memória sobre a Pesca das Baleias e a Extração do seu Azeite*, de José Bonifácio de Andrada e Silva, escrito em 1790 (PÁDUA, 2002).

O mesmo se pode dizer com relação às técnicas de cultivo da terra. As queimadas constituíam, desde antes da idade moderna, um sistema eficaz de “reorganização de plantas e animais nativos em sistemas agroecológicos” (WORSTER, 2003, p.30). No entanto, a fixação dos grupos humanos pela agricultura e a reiterada prática em uma mesma localidade logo demonstraram os seus impactos de esgotamento dos solos. Ao chegar em Goiás, Saint-Hilaire descreveu as técnicas de cultivo da terra como devastadoras ou, na expressão do botânico, como “errôneos métodos de agricultura”. Saint-Hilaire insistia na necessidade de se abandonar as “técnicas rudimentares”, ressaltando as vantagens do arado e do aproveitamento do bagaço da

cana como adubo; denunciava a prática da coivara e a derrubada de árvores para o estabelecimento de roças. Em sua viagem pelo Arraial Santa Cruz de Goiás, relata que

no meio da mata que margeia o Paranaíba (...), tinham sido cortadas as árvores numa extensão de alguns hectares, para aí ser feita uma roça. Conforme o costume, havia sido ateado fogo aos troncos abatidos, e o fogo se propagou pela mata. Vi árvores gigantescas, queimadas pela base, tombarem com estrondo, arrastando em sua queda as que ainda não tinham sido atingidas pelas chamas. Dessa maneira, em troca de alguns alqueires de milho, os agricultores arriscam por sua imprevidência destruir uma floresta inteira. E não está longe o tempo em que os brasileiros irão lamentar a extinção total de suas matas (SAINT-HILAIRE, 1975, p.154).

O fogo que Saint-Hilaire denunciava era empregado para “limpar” o terreno para a plantação do “trinômio vegetal”, do verdadeiro “delírio proteico”, no qual a alimentação dos goianos, verdadeira “civilização do milho” se fundamentava. Assim, nas sesmarias de matas, que chegavam a medir três léguas de comprimento por uma de largura, o que equivaleria hoje a algo em torno de 108 Km<sup>2</sup>, utilizadas para fins de consumo alimentar, plantavam-se basicamente milho, mandioca e abóbora (BERTRAN, 2000). Em alguns arraiais, o solo era tão propício à cultura do milho que a proporção era de 240 espigas para cada um habitante. Nos engenhos de açúcar, além de derivados da cana – a cachaça era muito consumida na região –, plantavam-se também batata, inhame e feijão. Em muitos sítios, além de algumas variedades de frutas, como goiaba e laranja, eram comuns a criação de leitões e a fabricação de farinha de mandioca. Já o fumo, algodão, trigo e óleo de mamona, utilizado para a iluminação, eram produtos mais raros (SAINT-HILAIRE, 1975).

Muitas vezes estes e outros artigos eram usados como moeda, em especial quando o ouro começou a escassear e a Capitania passou a sofrer com a desmonetização. A dinâmica revela, sem dúvida, os passos iniciais dessa transformação agroecológica e da acomodação evolutiva da mineração para a agricultura. Tanto que em 1819 Pohl já descrevia em Meia Ponte, o maior e mais povoado arraial da Capitania, que

Os habitantes [que] viviam outrora de suas rendosas lavras de ouro, agora têm a fama de experimentados cultivadores de milho, mandioca, fumo, cana-de-açúcar, café e algodão (de que aqui fazem chapéus). Plantam também trigo, que produz bem. Além disso, fazem considerável comércio favorecido pela situação da cidade no ponto de junção das estradas que conduzem a Goiás, Mato Grosso, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (POHL, 1976, p. 116-117).

Não obstante a agricultura, matas inteiras eram queimadas para o estabelecimento de pastagens. Sem a presença dos cercados de arame, inexistentes no período, o gado era criado solto pelas pastagens, sendo identificado apenas pela marca do proprietário e servido de sal nas águas (BERTRAN, 2000, p.159). Dada a própria composição do solo goiano, este era um dos artigos de exportação mais valiosos e escassos. Durante o período das secas, eram os campos queimados que forneciam os sais minerais necessários para a alimentação do gado. E sua importância foi aumentando à medida que se expandia a economia pecuária, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Decorre daí o encarecimento no custeio da pecuária, a carência de iodo na população e a generalização do Bócio a que o botânico francês se refere. Daí também a sucessão de paisagens de capim seco, com coloração acinzentada; de amplas clareiras outrora cobertas de matas, de campos queimados, com “terras ruins”, troncos enegrecidos e semicarbonizados, que os viajantes descrevem em seus relatos.

Processo semelhante de manejo de pastos era realizado na porção de Cerrado presente no território de Minas Gerais. Em que pese a existência de um certo cuidado em realizar queimadas por etapas, o que permitia diferentes estágios de recuperação do solo (RIBEIRO, 2005, p.202), não se pode ignorar o peso do elemento fogo na conformação da paisagem. Um claro exemplo é o capim-gordura que aparece nos relatos de Saint-Hilaire e que, é importante lembrar, é uma espécie exótica, comum em áreas degradadas pelo uso constante do fogo. Novamente, a realidade encontrada em Goiás aproximava-se mais da regra do que da exceção, favorecida por uma característica da própria região: a abundância de terras disponíveis. Isto porque a agricultura, da forma como historicamente vinha sendo praticada na Colônia, somente se tornava realizável com “terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente” (HOLANDA, 1995, p. 49).

As queimadas induzidas são um momento paradigmático do rearranjo agroecológico goiano. Muito embora algumas espécies exóticas ao bioma Cerrado tenham sido transplantadas nesse processo, o impacto maior parece ter sido o da exportação. Ao se adaptarem perfeitamente àquele ambiente, as espécies exóticas certamente ocuparam uma porção importante do território, como evidencia o gado, o que implicou a substituição de espécies nativas. A pressão ecológica foi adensada pelas técnicas predatórias de coleta, pesca, agricultura e pastagens, amplamente praticadas não só na Capitania em questão. A transformação agroecológica da terra no período colonial tendeu sensivelmente para o desequilíbrio entre exportação e importação de espécies. Goiás acompanhou esta dinâmica, a despeito de grande parte da historiografia

considerar a Capitania como não estando totalmente integrada ao sistema de trocas capitalista, como as áreas centrais da Colônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento das condutas de uso e exploração da natureza na Capitania de Goiás permitiu pinçar aspectos determinantes para a conformação socioambiental da região. O *rush* do ouro deixou como herança uma sociedade predominantemente mestiça, de povoamento irregular e ocupação espacial deficitária – vale ressaltar que os imensos terrenos doados às sesmarias fundadoras são embriões dos inúmeros latifúndios estabelecidos na região ainda hoje –, rios de águas poluídas pela lavagem do ouro, margens de pedras amontoadas e solos perfurados, além de uma expectativa bastante demarcada (o lucro!) com relação à natureza.

O momento posterior ao de apogeu aurífero foi, como destacado, de rearranjo do ecossistema para os propósitos agrícolas. De acordo com Worster (2003, p.32), até a ascensão do modo de produção capitalista, ainda que as transformações na natureza fossem das maiores envergaduras, a reorientação dos sistemas agroecológicos com base na subsistência teve como característica a preservação da “diversidade e complexidade” ambiental, fator de estabilidade social. O período analisado na Capitania de Goiás evidencia o encaminhamento para o momento seguinte, no qual o mundo da natureza foi reduzido à concepção abstrata de “terra”, e a estrutura e a dinâmica dos processos agroecológicos começaram a mudar rapidamente, com vistas a atingir uma economia de mercado.

Não houve, como apregoado por autores como Bruno (1967), Costa (1977), Moraes (1977) e Palacin (1979), uma produção exclusivamente voltada ao consumo local. Goiás participava de trocas locais e inter-regionais que, embora não fossem vultuosas, contribuíam mutuamente para a sobrevivência de outras capitanias vizinhas, como Mato Grosso e Pará (SOUZA, 2013). Ainda que o ritmo, tanto das trocas quanto da exploração, não se compare ao de outros biomas, como a Mata Atlântica, a postura imprevidente, perdulária e utilitarista se fez igualmente presente, revelando uma notável capilaridade nas formas de ver, sentir e pensar a natureza, do centro para o interior da Colônia. A “ponte”, para o caso de Goiás, parece ter sido a persistência da mentalidade trazida pelos primeiros exploradores, ávidos pela riqueza fácil da mineração.

## **FONTES**

CASAL, Manuel Aires de. Província de Goyaz. In: *Corografia Brasílica*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.145-162.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Codeplan, Goiás: UCG, 1988.

BERTRAN, Paulo. História Econômica de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº08: p. 97-104, 1979.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal – do indígena ao colonizador*. Edição revista e atualizada. Brasília: Verano, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil – Geral e Regional: grande-oeste*. Vol. VI. São Paulo: Cultrix, 1967.

CHAIM, Marivone Matos. A Idade do Ouro e a Paisagem Social Goiana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº 05: p. 59-79, 1976.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *O Desenvolvimento das Comunidades em Goiás*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº06: p.129-163, 1977.

DOLES, Dalísia E. Martins. O Vale dos Grandes Rios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº07: p. 65-73, 1978.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 8: 177-197, 1991.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma Província do Sertão*. Entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

KURY, Lorelai Brilhante. Viajantes e Naturalistas do século XIX. In: PEREIRA, Paulo Roberto. (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional – guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: Pesquisa e Ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, Maria Augusta Santana. Conjuntura Econômica, Administrativa e Política de Goiás nas Primeiras Décadas do Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº06: 27-37, 1977.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O Processo de Independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

NATAL E SILVA, Colemar. Os Sertões Goyazes – A Conquista da Terra e a Catequese do Índio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº 02: 15-57, 1973.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

PALACIN, Luís. Os Três Grandes Povoamentos de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: nº08: 81-95, 1979.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Mato Grosso e Goiás. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difel, 1967.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o Cerrado na História de Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. Natureza, ocupação territorial e vias de comunicação de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 5, p. 50-59, 2012.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. *Rios e Terras: História Ambiental de Goiás (1822-1850)*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP. Assis, 2013.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8): 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: 6 (1): 23-44, 2003.